
EDITORIAL

Depois de um longo período de inércia, devido a motivos de várias ordens, a Revista ANALECTA volta a circular. Pedem-se desculpas por esse intervalo que certamente prejudicou muitos autores que se viram privados do espaço para submissão de seus artigos.

Dado a público em 2012, este é o nº 2 de 2009, que retoma a sequência numérica da revista.

A questão da publicação está, hoje, frente a vários desafios. Dentre eles pode-se destacar a pressão, exercida sobre o professor pesquisador, pelas Universidades e por órgãos de fomento à pesquisa, para a difusão de trabalhos que são, em última instância, avaliados apenas quantitativamente. É uma cobrança de resultados que, não raras vezes, leva o pesquisador a apresentar artigos que mereceriam um aprimoramento melhor, não fosse a premência de tempo. O resultado disso é o grande número de artigos recusados por pareceristas, convidados para avaliá-los. Na verdade, essa é uma situação insana que nada contribui para a qualidade da pesquisa e muito menos para a qualidade do ensino, decorrência natural e necessária do propósito da pesquisa universitária. Tal situação não se configura regra geral, mas ocorre com bastante frequência e em número considerável.

Por outro lado, e um fator muito mais perigoso e preocupante, porque envolve a esfera ética, é o problema do plágio.

A imensurável disponibilização de trabalhos nas redes de comunicação – uma forma de agilizar a publicação de estudos realizados, que não esbarra em alguns dos trâmites que exigem os veículos que ainda circulam nas versões impressas em papel – faz avultar e torna mais evidente o procedimento, de alguns, de apropriação de trabalhos de terceiros, publicados na Internet, mesmo quando protegidos por copyright.

Muitos podem pensar que isso é uma exceção, o que não é verdade. É exatamente o contrário que acontece. São muitas e muitas as apropriações indébitas de trechos, quadros, imagens e até mesmo textos integrais que circulam nas redes. Parece que as pessoas desconhecem o direito à propriedade intelectual, o que está previsto na Lei 9610/98 que legisla sobre o direito daquele que, na condição de autor, cria uma obra de cunho intelectual. Esta

lei, além de regular o que é protegido, prevê sanções à sua violação que vão da ordem pecuniária – os direitos patrimoniais – às de cunho moral.

Utilizar uma publicação de outra pessoa, sem citar a fonte, simplesmente colocando-se como autor é contrário à lei e, pior ainda, viola os princípios éticos.

Nesse sentido, a ANALECTA procura preservar a autenticidade da autoria submetendo os artigos, a ela enviados, ao crivo da verificabilidade de plágio e à avaliação de pareceristas, especialistas na área da temática do artigo. É uma segurança para a revista e para os autores.

Este número traz artigos das áreas de educação, literatura, linguística e de preservação ambiental, de autores da UNICENTRO e de outras Instituições. Nessa retomada da periodicidade, o que se espera é continuar merecendo a consideração de todos.

Aos autores, pareceristas e à equipe técnica da Editora da UNICENTRO um sincero agradecimento.

Ruth Rieth Leonhardt